



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO DE Nº 12, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a Guia de Execução de Penas e de Medidas Restritivas de Direito, revogando o Provimento de n. 08, de 03 de setembro de 2002, e adota providências correlatas.

O Desembargador **ALCIDES GUSMÃO DA SILVA**, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o preceituado no art. 37, *caput*, da CF/88, no qual se encontram explícitos princípios inerentes à Administração Pública, como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o disposto no art. 147 e seguintes da Lei n. 7.210/84, e nos arts. 60, *caput*, e 86, ambos da Lei n. 9.099/95, segundo os quais a execução das penas restritivas de direito será processada perante à Vara de Execução Penal e Juizados Especiais Criminais, estes últimos quanto às infrações penais de menor potencial ofensivo;

CONSIDERANDO o Provimento n. 08/2002 desta Corregedoria Geral da Justiça, o Termo de Cooperação – SEDS n. 01/2007, celebrado entre a Secretaria de Estado da Defesa Social, por intermédio do Governo do Estado, e o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, bem como o Convênio MJ/Nº 058/2009 – Projeto de Interiorização de Penas e Medidas Alternativas – celebrado entre a União, por intermédio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com o Governo do Estado de Alagoas, visando a execução do Projeto da Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA/AL), o qual tem a finalidade de auxiliar o Poder Judiciário durante o processo de execução dessas medidas;

CONSIDERANDO a experiência exitosa decorrente da celebração do Termo de Cooperação acima mencionado, que contribuiu para racionalização da execução e fiscalização de penas e medidas alternativas, proporcionando um melhor disciplinamento da atuação dos prestadores de serviço gratuito e melhor aproveitamento da mão de obra junto às entidades de fins filantrópicos;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados constantes no Provimento n. 08/2008 desta Corregedoria Geral da Justiça, em razão de legislações e fatores supervenientes a sua edição; e,

CONSIDERANDO o contido no Ofício nº 206-180/2013, lavrado pela Coordenação da Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA/AL e o que mais consta dos autos do Processo Administrativo nº 00527-8.2013.002,

RESOLVE:



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Art. 1º Fica instituída, nas Comarcas de Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema, Matriz de Camaragibe, Delmiro Gouveia e União dos Palmares, a Guia de Execução de Penas e de Medidas Restritivas de Direitos, conforme modelo sugerido no Anexo I, destinada à fiscalização da suspensão condicional da pena e do processo, competindo aos Juízes das Varas e Juizados Criminais a remessa de uma via da Guia, devidamente preenchida, às Varas de Execução Penal, conforme o caso, através da Distribuição, e outra à Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA/AL).

§ 1º Somente serão remetidas à CEAPA/AL as Guias que objetivarem a execução e a fiscalização das penas e medidas restritivas de direitos relativas à prestação de serviços à comunidade, quando réu for domiciliado nas cidades relacionadas no Anexo II deste Provimento.

§ 2º Os Juizados Especiais ficam isentos da remessa da supracitada Guia, todavia, deverão remeter diretamente à CEAPA cópias do Termo Circunstanciado (TCO), do interrogatório, quando houver audiência de transação ou de suspensão condicional da pena, e do respectivo Termo de Audiência, observados os demais requisitos constantes nos artigos seguintes.

Art. 2º Se constatado, no curso do acompanhamento da execução, descumprimento injustificado das condições estabelecidas ou causa de revogação obrigatória da suspensão do processo, o Juiz competente deverá tomar as providências cabíveis, observadas as legislações aplicadas ao caso.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento injustificado das condições estabelecidas ou causa de revogação obrigatória de suspensão condicional da pena, havidas nos processos originários dos Juizados Especiais Criminais e que estiverem sendo executados pela CEAPA/AL, esta última deverá comunicar o fato ao Juízo de origem para prosseguimento do feito.

Art. 3º Em caso de delegação de competência, a guia de execução será remetida através de Carta Precatória.

Art. 4º Compete aos Juízes da Execução Penal ou Juizados Criminais das Comarcas elencadas no Anexo II deste Provimento, conforme o caso, dentro da respectiva jurisdição, decidir sobre os incidentes que venham a surgir durante a execução das penas e medidas mencionadas *caput* do art. 1º.

Art. 5º Caberá à Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - CEAPA/AL:

I - cadastrar e credenciar entidades públicas e programas comunitários que se prestem ao cumprimento de penas e medidas restritivas de direitos relativas à prestação de serviços à comunidade, com os quais firmar convênio, sob a supervisão do Juiz da Execução Penal da respectiva Comarca;



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

II - designar entidades públicas ou programas comunitários, detalhando local, dia e horário para o cumprimento de penas e medidas restritivas de direitos relativas à prestação de serviços à comunidade, bem como a forma de fiscalização.

Parágrafo único. Em face da CEAPA/AL possuir quadro de psicólogos e assistentes sociais, profissionais treinados para este fim, bem como entidades cadastradas, fica facultado ao Juiz deixar ao encargo da mencionada Central o direcionamento do réu para a entidade, onde deverá cumprir prestar pena ou medidas restritivas de direitos relativas à prestação de serviços à comunidade.

Art. 6º As Comarcas e Varas do Interior do Estado, a saber:

I – Arapiraca, Maribondo, Feira Grande, Limoeiro de Anadia, Igaci, Junqueiro, Teotônio Villela, São Sebastião e Girau do Ponciano, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de Arapiraca;

II – Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Quebrangulo, Mar Vermelho, Tanque D'Arca, Estrela de Alagoas e Belém, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de Palmeira dos Índios;

III – Penedo, Igreja Nova, Feliz Deserto, Piaçabuçu, Coruripe e Jequiá da Praia, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de Penedo;

IV – Santana do Ipanema, Maravilha, Major Izidoro, Olho D'Água das Flores, Carneiros, Inhapi e Mata Grande, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de Santana do Ipanema;

V – Matriz de Camaragibe, Flexeiras, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio, Paripueira, Porto Calvo e Maragogi, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de Matriz de Camaragibe;

VI – Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Olho D'Água do Casado, Piranhas, São José da Tapera e Pão de Açúcar, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de Delmiro Gouveia;

VII – União dos Palmares, São José da Laje, Branquinha, Ibateguara, Joaquim Gomes, Murici e Colônia Leopoldina, farão o encaminhamento das cópias da sentença e guia para à CEAPA de União dos Palmares.

§ 1º As demais Comarcas e Varas do Interior do Estado farão o encaminhamento à 11ª Vara Criminal da Capital - Execuções Penais, quando nesta for domicílio o réu.



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

§ 2º Os Juizados Especiais Criminais da Capital e do Interior farão e encaminhamento diretamente à CEAPA de sua jurisdição, na forma estabelecida no art. 1º, §2º deste Provimento.

§ 3º As Comarcas, Varas ou Juizados Especiais que estiverem fora da competência estabelecida neste artigo, para efetivação do projeto da CEAPA/AL, bem como aqueles que não se enquadrem na situação descrita no art. 1º, § 1º deste Provimento, permanecem executando seus julgados normalmente.

Art. 4º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 10 de junho de 2013.

Desembargador **ALCIDES GUSMÃO DA SILVA**
Corregedor Geral da Justiça

3.2. Prazo para cumprimento:



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

3.3. Início do cumprimento:

3.4. Término do cumprimento:

3.5. Local de cumprimento da medida:

4. OBSERVAÇÕES

5. RÉU DEFENDIDO POR:

(☐) Advogado Constituído

(☐) Advogado Designado

(☐) Defensoria Pública

DADO E PASSADO, nesta cidade de _____, Estado de Alagoas, aos [data por extenso]. Eu, [servidor], digitei e subscrevi.

[Nome do Juiz do Processo]
Juiz de Direito



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO II

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA CENTRAL DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS – CEAPA/AL

Maceió

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Maceió.

Arapiraca

- Maribondo;
- Feira Grande;
- Limoeiro de Anadia;
- Igaci;
- Junqueiro;
- Teotônio Vilela;
- São Sebastião; e,
- Girau do Ponciano.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Arapiraca.

Palmeira dos Índios

- Paulo Jacinto;
- Quebrangulo;
- Mar Vermelho;
- Tanque D'Arca;
- Estrela de Alagoas; e,
- Belém.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Palmeira dos Índios.

Penedo

- Igreja Nova;
- Feliz Deserto;
- Piaçabuçu;
- Coruripe; e,
- Jequiá da Praia.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Penedo.



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Santana do Ipanema

- Maravilha;
- Major Izidoro;
- Olho D'Água das Flores;
- Carneiros;
- Inhapi; e,
- Mata Grande.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Santana do Ipanema.

Matriz de Camaragibe

- Flexeiras;
- São Luiz do Quitunde;
- Barra de Santo Antônio;
- Paripueira;
- Porto Calvo; e,
- Maragogi.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Matriz do Camaragibe.

Delmiro Gouveia

- Pariconha;
- Água Branca;
- Olho D'Água do Casado;
- Piranhas;
- São José da Tapera; e,
- Pão de Açúcar.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de Delmiro Gouveia.

União dos Palmares

- São José da Laje;
- Branquinha;
- Ibateguara;
- Joaquim Gomes;
- Murici; e,
- Colônia Leopoldina.

As cópias da sentença e guia devem ser encaminhadas para a CEAPA de União dos Palmares.